



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

## **PEDAGOGIA E HISTÓRIA: AS PERIODIZAÇÕES NAS DISCIPLINAS DE HISTÓRIA NO CURSO DE PEDAGOGIA**

Antonio Carlos Ferreira Bonfim<sup>139</sup>

### **Resumo**

Este estudo tem por objetivo identificar e refletir sobre as periodizações históricas mais comuns nas disciplinas de história no curso de Pedagogia. Para tanto, optamos por uma pesquisa bibliográfica e documental numa perspectiva comparada de análise. Os resultados apontam que nas disciplinas de história de referido curso aparecem cinco periodizações clássicas: a cristã, a hegeliana, a comtiana, a tradicional e a marxiana. Isso nos sugere que ao se fazer periodizações, no campo da Pedagogia, algumas precauções são importantes: 1. Evitar encaixar e tornar absolutos períodos dinâmicos e particulares do real dentro de conceitos estáticos e generalizantes. 2. Desviar-se da tentação de conversão de um período histórico posterior em finalidade do anterior. 3. Evadir-se de periodizações universais de acontecimentos e categorias estritamente diversificados, regionalizados e localizados espaço-temporalmente.

**Palavras-Chave:** 1 Pedagogia. 2 História. 3 Periodização histórica.

Como principal espaço de formação de pedagogos para à educação da criança, Nos cursos de Pedagogia em geral encontram-se presentes a disciplina de história em dois semestres e uma disciplina de metodologia do ensino de história em outro. Assim a história existe para o pedagogo como componente de sua formação profissional e igualmente como componente de ensino que realiza com as crianças na escola.

E em virtude desses fatos, dizemos que o que diz respeito direta e indiretamente à educação da criança na creche e na escola, seja no campo ou na cidade, e aos aspectos e fatores influentes sobre o seu desenvolvimento, são de interesse da Pedagogia – porque a criança e a educação orientada para o seu desenvolvimento é o objeto e objetivo principal desse importante campo do conhecimento.

Assim sendo, a preocupação da pesquisa, geradora deste estudo, foi identificar e refletir acerca das periodizações históricas clássicas mais comuns nas disciplinas de história no curso de Pedagogia. Em virtude da natureza e dos objetivos deste estudo, optamos por uma pesquisa nas dimensões bibliográfica e documental, apoiada em observação participante, cuja abordagem qualitativa dos dados se efetivou com base em uma perspectiva comparada de análise, pois a

---

<sup>139</sup> Pedagogo e professor assistente da UECE no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), atuante no setor Teoria e Prática da Educação. Doutorando e Mestre em Educação pela UFC. Licenciado em Pedagogia pela UECE. Para contato: bonfim.curralvelho@gmail.com



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

especificidade e a diferença de objetos em relação a outros, não podem ser estabelecidas sem a comparação. Nesse sentido, como nos clarifica Cavalcante (2008), mediante uma análise pela ótica comparada é possível se estabelecer relações, analogias, especificidades e diferenças e nessa base entrevermos contextos, ideologias, concepções e, sobretudo, sentidos.

Ademais podemos adiantar que pela pesquisa (com base em fontes como ementas, manuais e textos bibliográficos relativos a quatro cursos de Pedagogia de uma universidade estadual pública) identificamos a presença de periodizações históricas clássicas (universais) presentes nas disciplinas de história. Isso nos demonstra que ainda há influências muito fortes de uma produção historiográfica clássica que de longa data recebe contundentes críticas de novas abordagens. Do rol das inúmeras críticas queremos destacar dois nítidos problemas.

O primeiro refere que a produção historiográfica clássica apegou-se à pesquisa ora focada em macro-objetos (escravismo, feudalismo, capitalismo etc.), ora em estruturas (economia, política, cultura, classes sociais etc.), ora em periodizações históricas de longa duração (antiguidade, modernidade, contemporaneidade etc.). O segundo problema, por sua vez, alude que a produção historiográfica clássica seja geradora de uma visão universal da história, dividida rigidamente em estágios evolutivos e progressivos (lineares), como se todos os povos estivessem fadados a segui-los cronologicamente. Ou seja. É como se a sociedade humana tivesse partido da idade primitiva e necessariamente rumado à idade de pleno progresso humano, dominada pela ciência e a tecnologia. Sendo que os povos introduzidos nessa fase áurea devem ser chamados de adiantados e os que dela escapam, atrasados.

De fato, por essa obliquidade, não resta dúvida que as correntes da historiografia clássicas foram tentadas a classificar as sociedades em dois grupos: “atrasadas” e “adiantadas”. Essa classificação, de origem antiga e sedimentada por meio das ideologias europeias, justificou barbaridades políticas – como invasão, colonização, genocídio e imposição cultural às diversas sociedades taxadas de “atrasadas”, pelas “adiantadas”.

Contudo, faz jus afirmar que o pano de fundo de tais ideologias é tecido a partir de modelos de periodizações universais da história, muito influentes nos séculos XIX e XX – e ainda hoje. No ensino de história no curso de Pedagogia identificamos a presença de cinco periodizações clássicas: a cristã, a hegeliana, a comtiana, a tradicional e a marxiana. Perante elas questionamos: Como se caracterizam? Quais problemas suscitam? Que consequências podem gerar na formação histórica do pedagogo e no ensino de história para as crianças? As respostas serão diligenciadas em dois tópicos: periodizações clássicas da história, periodização teórica e periodização real.

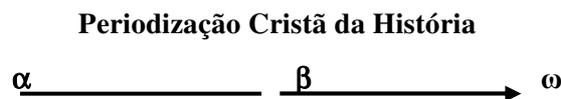
## Periodizações clássicas da história

O hábito humano de periodizar o tempo é antigo. Entre muitos exemplos pode-se referir que na antiga mesopotâmia, os sumérios criaram uma periodização de sua história. Da mesma forma, os hebreus periodizaram sua história com base em acontecimentos marcantes, transformados por eles em fatos históricos.

Em suas origens, o cristianismo desenvolveu um modelo teológico de periodização universal da “História”,<sup>140</sup> muito peculiar e ainda em uso nos dias atuais. Ela merece destaque. Para a religião cristã, a “História” corresponde exatamente a uma dimensão temporal traçada por uma única linha histórica, divinamente predeterminada e repartida entre dois pontos extremos: o *alfa*, a gênese, e o *ômega*, o fim da “História” ou o início da vida eterna para a humanidade redimida. Porém, a linha ainda é decomposta ao meio pelo ponto *beta*, que representa a vinda, morte e ressurreição de Cristo. (AGOSTINHO, 1984).

Têm-se então dois grandes períodos históricos. Entre os pontos *alfa* e *beta* estende-se a linha correspondente ao tempo-espaço da criação do mundo, do surgimento do pecado e da queda do homem. Ao passo que em meio aos pontos *beta* e *ômega*, projeta-se o período do Messias, caracterizado pelo arrependimento e redenção dos homens que nele crê. (Confira figura 01). Nisso, a “História” teria um autor consciente: Deus; e, em consequência, uma finalidade posta por esse autor consciente: a redenção e a salvação do homem.

Figura 1



Parece evidente que na Europa, a periodização cristã serviu de inspiração a outros modelos, claro que com outras características. Entre esses modelos típicos, destaca-se o criado pelo pensador alemão [Georg Wilhelm Friedrich Hegel](#) (1770-1831), considerado o moderno fundador do idealismo objetivo. Foi ele quem criou uma vertente de conhecimento fundamentada na ideia de uma “História universal”, explicitada como um movimento dialético-progressivo da consciência humana.

A “História”, para Hegel, não seria feita pelos indivíduos e grupos humanos concretos, em busca pela realização de seus próprios fins e interesse, mas pelo movimento abstrato da

<sup>140</sup> Aqui História em maiúscula com aspas refere-se à história não como ciência, mas como realidade objetiva em sua suposta universalidade.



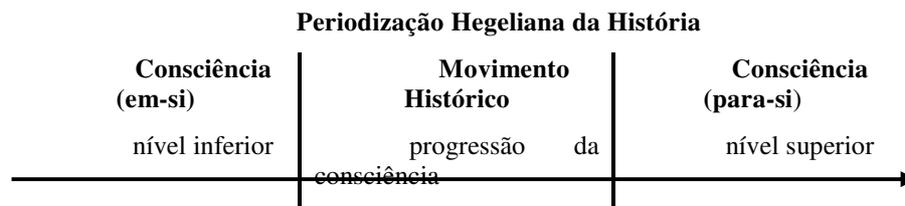
**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

“consciência” em seu fervilhar de “ideias” que, pelo seu próprio movimento interno, progride e se desenvolve pela contradição. A contradição das ideias findaria por compelir a “consciência em-si” (etapa primitiva, porque ainda não se vê como produtora da História) a elevar-se à fase histórica da “autoconsciência” – ou etapa da “consciência para-si”, pois se vê a si mesma como produtora da “História” e esta como seu produto objetivo ou material encarnado. (Confira figura 2)

Deste modo, na periodização universal hegeliana, a fase da “autoconsciência” é compreendida como a etapa da plena liberdade humana (HEGEL, 1990) – coincidentemente identificada com o advento da sociedade capitalista, período sugerido por Hegel, segundo muitos interpretam, como fase final da “História” humana. Em outros termos, para Hegel, a “História” (com maiúscula porque entendida como universal) é a encarnação material das ideias postas pela consciência. Nisso, a “História” teria um autor: a consciência ou o espírito do mundo; e, logicamente, uma finalidade: a realização da plena liberdade humana.

Todavia, seria inconveniente esquecer o pensador francês Auguste Comte (1798-1857), principal criador da vertente de conhecimento histórico denominada de positivismo. À sua maneira, Comte também desenvolveu um modelo de periodização universal da “História”. Periodização estendida em uma linha de tempo marcada, segunda sua teoria, pela progressão dos “estados cognitivos” da humanidade.

Figura 2



Em outras palavras, Comte periodiza a história humana mediante estados cognitivos. Por esse prisma, a humanidade teria principiado do “estado teológico”, etapa primitiva em que os povos fundamentavam seus conhecimentos em explicações sobrenaturais das coisas. Pode-se ainda dizer que o “estado teológico” constituiria a fase da história humana representada pelas explicações míticas do mundo. Logo a seguir, a humanidade floresceria cognoscitivamente, ao atingir um estágio superior, o “estado metafísico”.

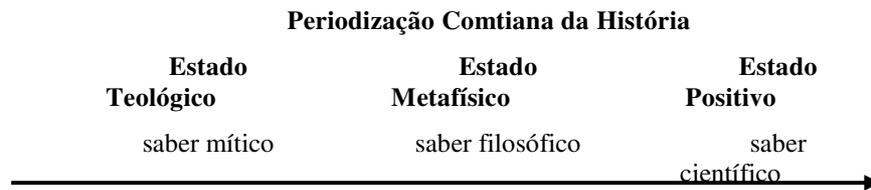
O estado metafísico seria, para Comte, a fase da história em que os povos fundamentam seus conhecimentos não mais em explicações mitológicas, e sim em especulações abstratas racionais. Nesse caso, seria a fase marcada pelo despertar e o evoluir do saber filosófico. Em seguida, a humanidade atingiria cognoscitivamente seu progresso final, por meio do “estado



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

positivo” – que designa a época e o reino do conhecimento metodologicamente sistematizado, mediante o qual os povos são levados a superar todo o mito e toda a especulação, para daí afirmar-se pela verificação e comprovação empírica das “leis” regedoras dos fenômenos físicos, sociais e psíquicos. Esta, segundo Comte, é a fase da ciência e do saber científico (COMTE, 1983). Assim, a “História” seria um sujeito cognoscitivo, com uma finalidade à vista para o mundo: a ordem e o progresso. (Confira figura 3).

Figura 3



Se analisado comparativamente (considerando-se especificidade e similaridades), até aqui não há dúvida que o pensamento histórico desenvolvido pelo cristianismo, por Hegel e Comte, designa uma “filosofia da história”. Ou seja: concebe-se a “História”, no conjunto e nos detalhes, como temporalidade unilinear orientada a um fim, a uma finalidade previamente planejada, isto é, uma teleologia, cujo fim é alcançar a fase da autorrealização humana, traduzida em termos de conhecimento e progresso. Para o pensador alemão, essa fase de autorrealização se encontraria plasmada no pleno progresso espiritual e material gerado pela sociedade burguesa. Para o pensador francês, a fase de autorrealização seria o reino da ciência moderna, porque capaz de unir “ordem com progresso”, e assim destinada a realizar a função miraculosa de solucionar todos os males da humanidade. Nesse sentido, para os dois pensadores, a “História” é concebida como um sujeito em busca de atingir um objetivo particular: o progresso.

Contudo, pela própria transformação social das ciências, ainda no século XIX, muitos pensadores se puseram contra a perspectiva da filosofia da história. E para fugir dessa perspectiva, o caminho seguro, segundo a mentalidade da época, seria criar a ciência da história, para, com base nela, produzir conhecimentos enraizados a partir da própria história real: a realizada no chão concreto do tempo-espaço e não na esfera das ideias abstratas.

Para levar adiante esse objetivo, a primeira decisão de historiadores europeus do século XIX foi a de construir um modelo para ordenar os acontecimentos em uma “linha do tempo” cronologicamente traçada. Depois de esticada esta linha, o passo ulterior seria dividi-la ao meio, periodizá-la em duas grandes Idades.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

A primeira grande idade foi fixada de Pré-história (primitivismo): Idade iniciada com o surgimento do homem (*Homo sapiens*) e depois alargada pelas fases paleolítica e neolítica. A segunda foi classificada pelo título “História”: Idade principiada com a criação da escrita e estendida até aos dias de hoje. Sendo que esta segunda Idade foi fragmentada em idades menores: antiga (escravismo), média (feudalismo), moderna (mercantilismo) e contemporânea (capitalismo). (Confira figura 4).

Com efeito, se observado por essa ótica, pode-se entender porque os historiadores tradicionais foram levados a concluir que a “História” de fato inicia com a invenção da escrita. Aparentemente por uma razão simples: a possibilidade de a escrita documentar objetivamente os acontecimentos históricos.

Figura 4

**Periodização Tradicional da História**

Pré-História		História			
		Idade Antiga	Idade Média	Idade Moderna	Idade Contemporânea

Por esse viés (notadamente positivista) presume-se que a linguagem escrita seja a única fonte segura de comprovação e de validação do conhecimento sobre ventos e fatos históricos. Enquanto que o ocorrido antes e fora da escrita seria obscuro, incerto. Então daí surge um problema: e os indícios plasmados em artefatos (instrumentos, utensílios, armas, ornamentos, pictografias etc.) não se apresentam também como fontes seguras de comprovação e validação do conhecimento sobre os acontecimentos atinentes à história das sociedades ágrafas (sem escrita)?

Para a vertente positivista, tais indícios são tidos apenas como coisas anônimas, não asseguradoras de um conhecimento legítimo acerca de acontecimentos reais da história. Daí ter-se consagrado a escrita como "o marco delimitador" entre “Pré-História” e “História”. (Pré-história foi termo proposto pelo inglês Daniel Wilson, em 1851. Daí em diante se difundiu. Mas se popularizou a partir do livro *Tempos Pré-históricos* do inglês Sir John Lubbock, publicado em 1865. Desde então não só a historiografia inglesa, mas quase todos passaram a considerar a suposta “Pré-História” como período sem testemunhos escritos). Na atualidade esse modelo metodológico tradicional é objeto de contestações.

Mas importante é dizer que a periodização tradicional, ao aspirar apreender a história concreta, também não se livrou de elementos próprios à filosofia da história. A prova encontra-se na



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

concepção eurocêntrica de uma suposta “História Universal”. Ou seja. A “História” pensada por parte de historiadores europeus designa a Europa como centro e modelo da “evolução progressiva” da história social humana. Por uma seguinte conclusão, forçosamente dedutiva: “se a Europa partiu do primitivismo para o capitalismo, logo ao resto do mundo cabe seguir necessariamente o mesmo destino”.

Em outras palavras, é como se a história dos diferentes grupos humanos particulares, em distintas regiões e localidades do planeta, acompanhasse um movimento único e progressivo de desenvolvimento, semelhante ao europeu. Mas, mesmo apesar desse descabro, e por ser creditada como realmente científica, é essa periodização tradicional que predomina nos textos historiográficos no ensino de história nos cursos de Pedagogia, e igualmente em livros de história utilizados como manuais didáticos, disseminados nas escolas públicas e privadas do Brasil – região fora da Europa com sociedades de origens e transformações históricas diferenciadas.

Por isso parece incorreto o delineamento de uma periodização universal da história social humana. Por exemplo, o modelo da periodização tradicional europeia não se encaixa no desenvolvimento histórico das sociedades particulares da América, África, Ásia, Oceania. Em outras palavras, o conjunto das sociedades formado nessas regiões não seguiu a sequência cronológica europeia da “Pré-história”, “História” e das Idades antiga, média (feudalismo), moderna (mercantilismo) e contemporânea (capitalismo). Por esse motivo é que uma parte da historiografia clássica e atual buscou evitar o estudo das sociedades com base em periodizações universais. Essa preocupação também parece ter acometido outro grande pensador do século XIX: o alemão Karl Marx (1818-1883). Por essa razão, também seria inconveniente esquecê-lo.

Mas mesmo cauteloso quanto a esse problema, Marx não se furtou da necessidade de fazer periodizações históricas. Por isso, desde sua época e muito mais agora é denunciado de fazer uma periodização universal e linear do desenvolvimento da humanidade. Nesse caso, também é réu acusado de laborar a favor de uma concepção filosófica da história. Isso veio à tona, sobretudo, a partir de um texto que ele publicou em 1859: a *Contribuição à Crítica da Economia Política* – com pouca ressonância pública à sua época. Por outro lado, tornou-se mais conhecida em consequência de seu *Prefácio*, redigido em quatro páginas. Nesse *Prefácio*, Marx faz duas coisas que julgou essencial: uma autoapresentação como autor e uma exposição esquemática e resumida de sua teoria do “materialismo histórico”.

Justamente é nesse *Prefácio* que se encontra a polêmica periodização da história social, classificada por ele numa linha breve e sintética, mediante quatro “modos de produção”, assim



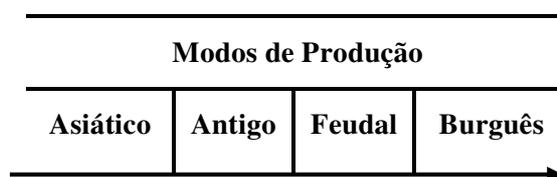
**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

sequenciados: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. Ao fim da classificação, Marx (1977, p. 25) assevera que estes modos de produção “podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade”. (Confira figura 5). Mas isso sem definir o local geográfico e nem delinear conceitualmente a natureza de nenhum dos modos de produção: apenas cita-os esquematicamente numa sequência, como visto abaixo.

Contudo, daí surgiu uma dúvida crucial: Marx labora uma periodização universal e unilinear da história? A resposta à questão gerou controvérsias infundadas, as quais merece um estudo à parte. Mas sobre o problema da periodização, Marx teve a preocupação de perpetrar uma ressalva metodológica de larga relevância para a ciência da história, ao sugerir que o ato de delimitar épocas de todo fundamenta-se apenas na capacidade de se identificar “grandes traços característicos” sobre ela, pois “linhas fronteiriças abstratamente rigorosas separam tão pouco as épocas da sociedade quanto à da história da Terra”. (MARX, 1996, I, 2, p. 7).

Figura 5

**Periodização Marxiana dos Modos de Produção (Prefácio de 1859)**



Isso significa que as formas históricas de categoriais estudadas são periodizadas com base em traços característicos, circunscritos a épocas precisas. Mas tais traços característicos não marcam linhas limítrofes absolutamente rígidas. Porque no periodizado muitos relevantes detalhes fogem à lógica dos grandes traços dominantes. Por exemplo, nas sociedades agrícolas complexas da Ásia, o trabalho-tributário brotou como elemento dominante na produção social, mas lá também existia o trabalho escravo; já nas sociedades agrícolas complexas da Europa Antiga, dominava o trabalho escravo, quando ao mesmo momento havia um setor assalariado no exército. Ao passo que esse olhar crítico nos põe diante os limites que uma periodização encerra. E o que de fato é periodização?

**Periodização teórica e periodização real**

A Pedagogia necessita tratar o problema da periodização pela perspectiva da ciência da história numa perspectiva crítica. Por esse viés, a Pedagogia pode conceber periodizações como recurso analítico-didático essencial ao estudo de fatos e acontecimentos históricos pertinentes ao campo da Pedagogia como, por exemplo, os relativos à infância e à educação da criança na escola e



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

na família no modo em que se especificam e se diferenciam de acordo com categorias sociais como gênero, classe social, etnia, religião, coexistentes ou em distintas épocas. Assim, do ponto de vista cognoscitivo (do pensamento que intenta reproduzir idealmente o real), periodizar significa o ato de o sujeito demarcar um processo histórico num período determinado o qual pode ser de cronologia curta, média ou longa. Isso designa uma periodização teórica.

A periodização teórica cumpre função metodológica especial: recortar e abstrair para que seja possível analisar e interpretar transformações históricas e representá-las teoricamente com detalhes. Lembrando que quanto menor o período (recorte de análise), maior a possibilidade de conferir detalhes comparativos entre indícios de rupturas e retrocessos; já quanto maior o período, menor a possibilidade de conferir detalhes e, de outro, maior a capacidade de indicar movimento contínuo e ou de linearidade processual.

Por esse ponto de vista, em suas pesquisas, o pedagogo pode fazer periodizações discricionárias conforme o programa de investigação elaborado, ou seja, escolher e recortar arbitrariamente um dado espaço-tempo relativo ao objeto de estudo, orientado pela preocupação de não ser trado pelo universalismo e a linearidade. Por exemplo: entre o início (1964) e o fim (1985) da Ditadura Militar no Brasil, o pedagogo opta em estudar o curso de Pedagogia entre os anos de 1969 a 1974: esse recorte (periodização) advém de uma decisão arbitrária – com fins de conferir maior riqueza de detalhes, sem universalismo e linearidade progressiva.

Entretanto, os fenômenos históricos reais são determinações do real: existem em si, independentemente da atividade cognoscitiva do pesquisador. Nesse sentido, há periodizações cujas consecuições são determinações da própria realidade. Em outras palavras: a realidade efetua periodizações. Por exemplo, em sua dinamicidade história, a morfologia terrestre passou por vários estádios particulares de feitiço ontológico e não lógico: cada um desses períodos, que podem ser constatados empiricamente em camadas, visíveis ao olho nu, representa um momento cujo resultado emana do dinamismo das forças e fenômenos físicos: erosões, deslocamento de placas tectônicas, terremotos, vulcanismo, furacões, bamboleio do eixo de rotação da terra, glaciações, queda de meteoritos etc.

Vejam ainda que a translação da terra ao redor do sol cria periodizações cíclicas, as estações, as quais impactam sobre a realidade biológica, nesta incidindo uma história marcada por periodizações particulares. Por exemplo: a maioria dos animais atravessa períodos sazonais: migram, hibernam, acasalam-se, geram e trocam de pele de acordo com os períodos do ano. Por sua vez, a incidência e ausência de luz solar disparam no cérebro dos seres naturais e humanos, períodos



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

certos para relaxar, dormir, despertar, laborar.

No mundo da realidade social humana, diferenciados povos e sociedades particulares cruzam, em seus espaços-tempo próprios, fases históricas intrínsecas, distintas umas das outras, com seus acontecimentos sociais marcados pela irreversibilidade: a Ditadura Militar no Brasil foi um fato na história brasileira cuja sua periodização iniciada temporalmente em 1964 e finalizada em 1985, foi determinada pela própria realidade e não pelo pesquisador. De modo análogo, as categorias sociais (trabalho, linguagem, ideologia, política, educação da criança etc.) têm fases de desenvolvidas ao passo da diferenciação das novas gerações no interior dum particular grupo social, comunidade ou sociedade. A pessoa singular também enfrenta fases históricas ao longo da vida: infância, juventude, adulta, idosa – a propósito, socialmente formaram-se campos do conhecimento específicos para cada um dessas periodizações: geriatria e gerontologia para os adultos, e pediatria, psicologia da infância, pedologia e pedagogia para as crianças.

De maneira que uma coisa é certa: periodizações do real são mais complexas e ricas que as periodizações teóricas. Por isso, estas precisam encerrar provimentos metodológicos adequados e engenhosos quando, em suas pesquisas, o pedagogo se vê impelido a realizar periodização teórica de uma periodização real. Ambas possuem naturezas diferentes. Por essa razão, em sentido ontológico e gnosiológico, uma nunca coincide absolutamente com a outra.

Diante do exposto, fica evidente haver periodização real, como realidade objetiva e com estatuto ontológico, e haver periodização teórica, elaborada idealmente pelo pensamento e com estatuto gnosiológico.

Para a boa pesquisa histórica, ambas as periodizações são levadas em conta. Por exemplo, a Comuna de Paris (ocorrida entre 18 de março a 28 de maio de 1871) foi um acontecimento cuja periodização foi essencialmente ontológica: não foi uma delimitação discricionária dos pesquisadores. Mas há casos em que estes, para facilitar os trabalhos de pesquisa e de análise, findam por decidir delimitar artificialmente um período de cronologia curta, médio ou longa, correspondentes ou não a fenômenos históricos de curta, média ou de longa duração. Para ilustrar isso, vejam que nas obras *As Lutas de Classes em França* (1850) e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), Marx efetiva discricionariamente uma periodização (recorte) entre 1848 a



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

1851, para analisar com mais rigor os acontecimentos revolucionários ocorridos na França nesse período.<sup>141</sup>

Mas de todo modo, qualquer que seja a natureza da periodização teórica, ela nunca é e tampouco esgota a periodização real; antes é uma representação aproximativa – ou distante, a depender dos resultados da pesquisa. Porque a dinâmica do real é mais complexa que a fixidez da representação teórica (Um acontecimento histórico específico ocorreu numa periodização determinada, mas o historiador em seu relato se expande aquém e além do fato, para explicá-lo melhor; semelhantemente, o calendário (periodização teórica) marca verão, mas, às vezes, na periodização real do clima, as chuvas tardam ou se antecipam ao calendário).

Outra consideração diz respeito à relação entre “fase universal” e “periodizações particulares”. O critério para definir as duas coisas encontra-se na própria realidade histórica. Por exemplo, ao se estudar a história das diversas sociedades, existe a possibilidade ontológica de se visualizar uma fase universal, a saber: a fase das sociedades originárias (ou hordas primitivas). A partir delas foi que outras distintas formas de sociedades irrompem no tempo-espaço definidos, cada uma com suas próprias características. Ao partir desse princípio é possível delinear uma proposta denominada de “periodizações regionalizadas das sociedades humanas” – assunto para outro estudo.

Ainda compete dizer sobre os perigos do logicismo, universalismo e linearidade comuns às periodizações teóricas. Não é sem sentido que vários autores são acusados de praticar periodizações universais e lineares da história, podemos citar dois exemplos: Karl Marx e Philippe Ariès (1914-1984).

Como referido antes, no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx delinea os modos de produção, os quais ele textualmente diz que podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. Assim é acusado de realizar uma periodização progressiva e linear das sociedades humanas. Por conseguinte, essa tese é reforçada na obra *Manifesto do Partido Comunista*, em que afirma que “a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes”. (MARX & ENGELS, 1998, p. 66). Ou seja: é como se o conteúdo da história humana fosse composto universalmente por sociedades divididas em classes, em

---

<sup>141</sup> Aliás, foram essas obras uma das principais referências das quais germinou a base epistemológica dos historiadores franceses criadores da *Escola dos Annales*, que atinge sua plena expansão com a chamada *História Nova* a partir de 1920.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

permanentes lutas entre si – incluídas as primitivas. Todas essas acusações são contestadas por vários marxistas.

Já quanto a Ariès, pesa-lhe a acusação de que na obra *História social da criança e da família* (2006), há uma periodização linear da infância, quando pela noção de “sentimento de infância” ele induz a existência duma história evolutiva (linear) em que se verifica o desinteresse num período histórico (medieval) e o interesse social noutro período (modernidade) pela criança. Ainda segundo o próprio Ariès (2006, 159-189), essa evolução iniciou a partir das classes sociais abastadas dos países centro-europeus e daí teria irradiado para outras classes e contextos sociais. Assim, muitos dizem que referido autor linearizou a história ao não levar em consideração as diferenciações entre as realidades de vivência das crianças e as categorias sociais definidoras de percepções infância como gênero, classe social, etnia, religião etc. (GOUVEA, 2009). Mas, igualmente, existem vários estudiosos que contestam essa acusação endereçada a Ariès.

Em razão de todos esses fatos, o pedagogo necessita de especial atenção quanto à metodologia e ao ensino da periodização histórica: a forma da abordagem é fundamental para a má ou a ótima compreensão e representação da complexidade do real.

### **Considerações finais**

As periodizações relativas a fatos ou acontecimentos não são representações teóricas absolutamente rigorosas e conclusivas, que expressam certezas acerca da realidade. Isso porque em qualquer representação teórica da realidade, muita coisa foge à lógica analítica ou dialética.

Sabendo disso, ao se fazer periodizações no campo da Pedagogia, seja para efeito da formação do pedagogo ou para o ensino de conteúdos de história para as crianças, algumas precauções parecem importantes: **1.** Evitar encaixar e tornar absolutos períodos dinâmicos e particulares do real dentro de conceitos estáticos e generalizantes. **2.** Desviar-se da tentação de converter um tempo histórico posterior em finalidade do anterior, como se a história se movesse conforme finalidades previamente definidas. **3.** Evadir-se de periodizações universais de fatos, acontecimentos e categorias estritamente diversificados, regionalizados e localizados espaço-temporalmente.

Se a Pedagogia observar precauções desse tipo e outras complementares, parece não representar nenhuma iniquidade o pedagogo realizar periodizações teóricas e fazer com que as crianças aprendam a fazê-las a partir do ensino de história. Até porque a periodização é um instrumento metodológico imprescindível à história.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

### **Referências Bibliográficas**

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 3 ed. Tradução Oliveira Santos e Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da infância*. Tradução Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *História educacional de Portugal: discurso, cronologia e comparação: um ensaio de crítica histórica*. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2008.

COMTE, Augusto. Curso de ciência positiva. In: *Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: Sarmiento, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. (Org.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. PP. 97-118.

HEGEL, F. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Editora Moraes, 1990.

MARX & ENGELS. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. *O capital* (v. I, 1-2.). São Paulo: Nova Cultural, 1996.